



O PRIMEIRO-DAMISMO COMO MECANISMO DE MINIMIZAÇÃO DOS DEBATES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO (2019-2022)

Alexandra Lourenço^{1}*

*Pamella Kosniski Montani Wendler^{1**}*

Resumo

O presente artigo busca problematizar o papel de Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama do Brasil, no contexto dos debates sobre violência de gênero que marcaram o presidente Jair Bolsonaro. Explorando assim, discursos políticos, ações governamentais e a presença pública da ex-primeira-dama, buscamos compreender, como ela agiu para minimizar os discursos machistas proferidos pelo marido. Para tanto, buscaremos evidenciar como ela é utilizada para reduzir os impactos a despeito da violência de gênero presente no governo, utilizando o primeiro-damismo como encenação para o exercício do poder político. Iremos analisar os enunciados da imprensa sobre a ex-primeira-dama que apresentem a crescente violência de gênero nos anos de 2019-2022 e matérias vinculadas ao periódico Folha de S. Paulo, que traz dados sobre o corte de gastos em relação a violência contra mulher na trajetória do governo, demonstrando assim, a atuação política de Michelle para neutralizar o debate. Utilizaremos como aporte teórico metodológico para o entendimento desses debates, a discussão sobre gênero realizada por Joan Scott (1995) e a análise do discurso proposta por Foucault (2021).

Palavras-chave

Gênero;
Política;
Violência;
Primeira-dama.

^{1*} Doutora em Ciência Política; professora do Departamento de História (DEHIS-UNICENTRO/Irati). E-mail: alexandra@unicentro.br.

^{1**} Mestranda no Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UNICENTRO). E-mail: mestradopamellamontani@gmail.com.

First ladyhood as a mechanism for minimizing debates on gender-based violence (2019-2022)

Abstract

New political leaders associated with Bolsonarism have been gaining visibility, even though most academic analyses remain focused on the movement's central figures, such as former president Jair Bolsonaro. This article seeks to contribute to the understanding of the communication dynamics of the new Brazilian right based on the analysis of the discourse of federal deputy Nikolas Ferreira. Using data extracted from his YouTube channel and adopting the Discourse Analysis method, we identify recurring rhetorical patterns in his communication, especially the construction of symbolic enemies through Accusatory Didacticism. By exploring how these discursive strategies contribute to polarization and tension in the public sphere, the study sheds light on the mechanisms of delegitimization of adversaries and the contemporary challenges to democracy in Brazil.

Keywords

Gender;
Politics;
Violence;
First Lady.

Introdução

Este trabalho busca debater a narrativa midiática proposta na revista *Folha de São Paulo* em relação ao primeiro-damismo como uso de Michelle Bolsonaro (2019-2022) para minimizar os discursos machistas proferidos pelo marido, bem como e principalmente, suas práticas em relação às políticas públicas que envolvem o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Para tanto, utilizaremos como principal aporte teórico-metodológico para pensar a análise desses enunciados, o conceito de Análise de Gênero (Scott, 1995) e Análise do discurso (Foucault, 2021), que devem ser pensados para a reflexão do papel da mulher ocupando um lugar central na política brasileira como primeira-dama, na dicotomia das reproduções midiáticas. E finalmente, compreender a importância da primeira-dama no jogo político brasileiro, além, entendendo-a nos debates em relação a violência contra seu próprio gênero.

Pensando nas reproduções midiáticas como veículo de informação sobre nosso tema, é que a seleção de fonte foi constituída pelo periódico *Folha de S. Paulo*, para principal análise e discussão, com a justificativa de que este circula na imprensa brasileira, difundindo informações a respeito do mundo político, bem como, da vida pública e privada de quem está no poder. Sobretudo, para lidarmos com periódicos enquanto fontes históricas, é essencial, estarmos atentos a uma grandeza de questões, pois:

Ao considerar o texto de um periódico, se nota que ele possui um discurso legitimador da sua ação que foi construída pelo campo jornalístico, que dissemina ao público um ideal de imparcialidade na escrita e compromisso com a verdade dos eventos. Assim repercute o discurso de que a informação publicada é o retrato da realidade de todos, ou seja, a verdade inquestionável. Sobretudo é impossível não

admitir que os interesses de grupos marcam a atuação dos periódicos e de outros meios de comunicação. (Guarnieri, 2021 p. 129)

Guarnieri (2021), nesse sentido, compreende que o periódico, enquanto fonte de informação, está vinculado à identidade ideológica do grupo que representa e, consequentemente, sua forma de noticiar está relacionada aos interesses de seus patrocinadores, já que também se configura como uma empresa."

Esse aspecto, se faz presente ao refletir que a mídia é uma reprodutora da realidade, buscando atingir um público específico, vinculando seu fazer com intencionalidade e sentido, nas palavras de Michel Foucault:

(...) O que não significa que nossa tarefa seja simplesmente a de fabricar ferramentas belas, úteis ou divertidas e, em seguida, escolher quais delas almejamos colocar no mercado caso alguém se ponha como comprador ou queira se servir delas. Tudo isso é muito bonito, porém há mais. Qualquer um que tente fazer qualquer coisa - elaborar uma análise, por exemplo, ou formular uma teoria - deve ter uma ideia clara da maneira como ele quer que sua análise ou sua teoria sejam utilizadas; deve saber a que fins ele almeja ver se aplicar a ferramenta que ele fabrica-, e de que maneira ele quer que suas ferramentas se unam àquelas fabricadas por outros, no mesmo momento. De modo que considero muito importante as relações entre a conjuntura presente e o que fazemos no interior de um quadro teórico. (...) Não se podem fabricar ferramentas para não importa o quê; é preciso fabricá-las para um fim preciso, mas saber que serão, talvez, ferramentas para outros fins. (Foucault, 2003. p. 266)

Logo, "a noção de Discurso é empregada como: Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa." (Foucault, 1997. p. 133).

Assim sendo, o interesse por este tema de pesquisa é fruto de questionamentos que percorreram a minha trajetória no Mestrado em História, em que tive a oportunidade de aprender e ampliar meu conhecimento teórico durante um semestre com a disciplina Optativa "*História Cultural do Crime e da Violência*" lecionada pelo professor Dr. Lucas Kosinski. Associado aos debates propostos nesse percurso, junto à organização e desenvolvimento de minha dissertação de Mestrado, optei por trabalhar a Violência de Gênero em relação ao Estado, como reflexo de suas políticas públicas e da própria condução e restrição ao direito das mulheres, dando maior enfoque nos usos da ex primeira-dama Michelle Bolsonaro como mecanismo para minimização dos discursos machistas proferidos pelo marido Jair Bolsonaro (2019-2022).

No Brasil, o início do governo Bolsonaro, foi marcado por uma variedade de sentimentos e expectativas associadas ao movimento do conservadorismo de direita. O início do governo, em janeiro de 2019, marcou uma virada significativa na política do país. Emergindo de uma campanha eleitoral polarizada e intensamente debatida, Jair Bolsonaro assumiu a presidência em meio a um cenário de descontentamento

generalizado e tendo sua ascensão impulsionada por promessas de combate à corrupção, fortalecimento da economia e uma abordagem conservadora em questões sociais e de segurança pública.

Figura 1: Imagem da matéria “Michelle quebra protocolo e faz pronunciamento em língua de sinais”



Fonte: Folha de S. Paulo, 01/2019.

Nesse contexto, no primeiro dia de janeiro de 2019, na cerimônia de posse de Jair Bolsonaro como 38º presidente da República Federativa do Brasil, ele “abriu espaço” para que sua esposa, Michelle Bolsonaro proferisse um discurso em Libras, reportado na época pelo *El país Brasil* (2019) como “*um gesto inédito na história das posses presidenciais recentes do país.*”² Seu pronunciamento se tornou um acontecimento jornalístico, e o que “chocou” ainda mais, foi o fato dela o fazer minutos antes do discurso oficial do presidente recém eleito.

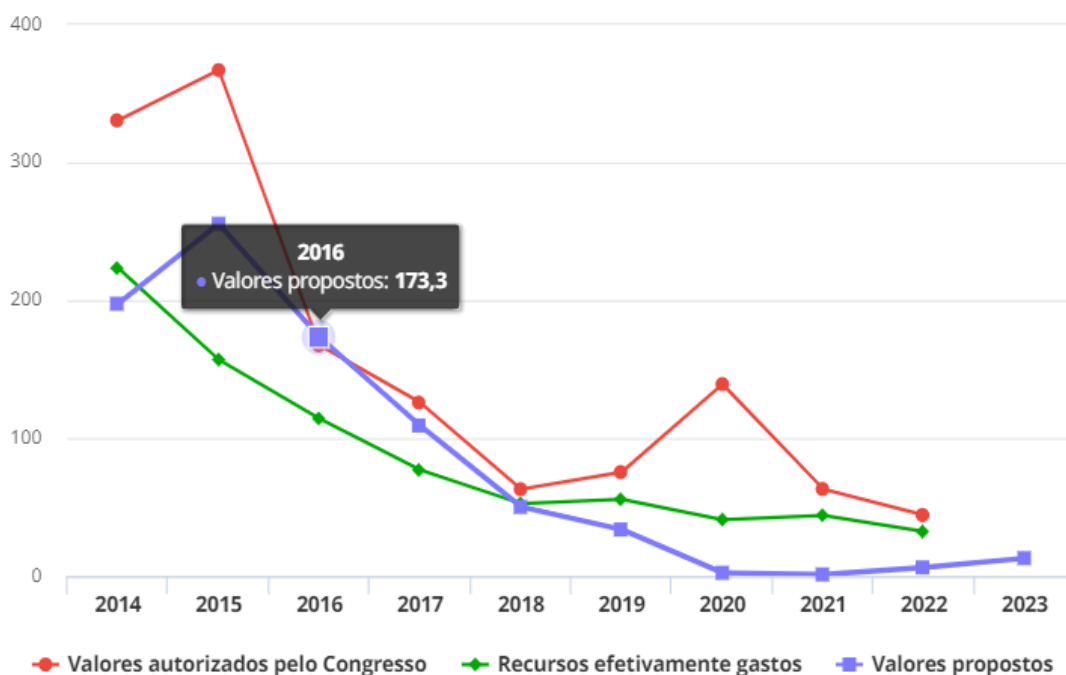
Aos usos dessa reprodução feita pela revista *Folha de S. Paulo*, percebemos que a ex-primeira-dama, figura nesse sentido com uma intencionalidade no fazer político, buscando demonstrar inicialmente que a postura do novo governo era dar espaço e visibilidade às mulheres, o que não ocorreu nos anos que se seguiu, sendo evidenciado na notícia do canal G1, ao noticiar:

² https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546361496_407537.html

Figura 2: Imagem da matéria “Governo Bolsonaro propõe 94% menos de recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento”

POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA



Fonte: Inesc, com base em dados do Portal Siga Brasil.

A figura acima, demonstra a queda significativa na trajetória do governo Bolsonaro em relação às políticas públicas voltadas para a assistência e enfrentamento à violência contra a mulher.

É importante salientar que todas as políticas públicas que tiveram cortes nos últimos anos têm impacto na vida das mulheres, principalmente das pobres e das negras, tais como as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, transferência de renda etc. Além disso, a redução dos gastos para a sua realização também incrementa cenários de violência doméstica e outras violências de gênero, à medida que a vulnerabilidade cresce, com a ausência ou precariedade dos serviços e benefícios sociais. (Inesc, p. 3. 2023)

A partir de 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro, para presidente da República e a nomeação de Damares Alves, para coordenar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, observa-se uma radical mudança no conceito dessa política pública: da pluralidade e do entendimento das desigualdades que afetam as mulheres, o PPA 2020-2023 trazia uma visão genérica sobre as mulheres, além de um explícito posicionamento contra os direitos sexuais e reprodutivos. Tais mudanças foram feitas sem participação social, ou seja, das mulheres, usuárias dos serviços públicos, beneficiárias das políticas e trabalhadoras da rede de proteção. (Inesc, p. 3. 2023)

Para além, compreendemos que a violência de gênero é uma preocupação a nível mundial, e sua manifestação e enfrentamento são frequentemente

influenciados pelo contexto político e social de um país. Assim, nos cabe questionar, em que medida Michelle Bolsonaro faz o uso do primeiro-damismo para minimizar a violência de gênero do governo Bolsonaro? Para isso, utilizaremos uma abordagem mista combinando análise quantitativa de dados estatísticos sobre violência de gênero (Inesc, 2023) com análise qualitativa de discursos reportados pela mídia (Folha de S. Paulo, 2022) relacionados ao tema.

Nesse sentido é que esse breve texto, busca debater a violência de gênero no Brasil como um tema que por vezes foi minimizado no governo Bolsonaro, pelos usos e atribuições do primeiro-damismo como prática de Michelle Bolsonaro, retirando o foco integral da problemática e assim dificultando a assistência de mulheres violentadas. Assim, a priori, *“Historicamente Violentadas: a luta das mulheres na esfera pública”*, tem o objetivo de pensar historicamente e o tempo presente ocupado pelas mulheres, justificando que antes de debater o contexto de Michelle Bolsonaro e sua atuação é preciso falar um pouco sobre o fato de que as mulheres sempre lutaram para ter participação da esfera pública. Na sequência e finalmente, *“Aos moldes do primeiro-damismo: Michelle Bolsonaro e a política de neutralização no combate a Violência de Gênero no Brasil”*, apresentaremos o conceito de primeiro-damismo como uma prática de poder, e ainda, buscaremos apresentar algumas reproduções midiáticas sobre Michelle, para além de sua ocupação como primeira-dama, importante, para a compreensão de suas práticas diante do exercício de poder e o apoio ao discurso de violência, que nos ajudará a debater e refletir essa minimização ao olhar para as fontes, relacionando-as com os conceitos apresentados por nossos principais aportes teóricos metodológicos (Scott, 1995) e (Foucault, 2021).

Acreditamos que problematizar essas questões ajudará a compreender a influência da primeira-dama na percepção e no enfrentamento da violência de gênero no Brasil. Não atribuindo a ela unicamente total responsabilidade pelo combate à violência de gênero, mas ressaltando que a superação desse tema se faz no coletivo e com representatividade.

Historicamente Violentadas: a luta das mulheres na esfera pública.

Ao longo do tempo a História propôs às mulheres uma incansável luta por igualdade/equidade de oportunidades, por mais direitos e melhores relações sociais, por isso, consideramos de suma importância antes de debater o contexto de Michelle Bolsonaro e sua atuação na minimização dos debates sobre as políticas de violência contra a mulher, falar um pouco sobre o fato de que as mulheres sempre lutaram para ter participação da esfera pública. O que nos leva a refletir as similitudes em relação aos espaços públicos que historicamente foram ocupados pelas mulheres mas que no entanto nem sempre contaram com sua efetiva participação, e que por isso, agiram como reflexo das múltiplas violências relacionadas ao gênero.

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. Ao lado das mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho,

passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade. Para isso colaborou, entre outros motivos, o fato de os produtos consumidos pelas famílias, com a industrialização, passarem a ser adquiridos no mercado, dando lugar à crescente necessidade de contribuição financeira por parte também das mulheres. Em decorrência, em amplos setores médios sobrevieram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão das barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. A essas causas também aderiram mulheres da alta burguesia, igualmente desejosas de realização profissional e autossuficiência econômica. Acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade foram, então, considerados instrumentos essenciais ao alcance desses objetivos. (Soihet, 2013. p. 218)

Dessa maneira, ao examinar a trajetória da participação feminina no debate público brasileiro, destacando os principais desafios e avanços ao longo da história, Soihet (2013) aborda a trajetória histórica das mulheres na luta pela inserção e reconhecimento no espaço público, destacando os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas. A autora discorre sobre os diferentes períodos históricos, analisando o papel das mulheres na sociedade e como elas foram progressivamente ganhando mais visibilidade e direitos. Assim, ela destaca a importância das figuras femininas que se destacaram em momentos chave na ampliação do espaço de participação das mulheres na sociedade. Dessa maneira:

A educação feminina, considerada essencial para a emancipação das mulheres, foi outro ponto de destaque da atuação das feministas que pleiteavam, para as mulheres, direitos idênticos aos dos homens, a fim de que estas dispusessem dos mesmos meios para o exercício do trabalho e, com isso, obtivessem a mesma remuneração. (Prado e Franco, 2012. p. 221)

Concepções vigentes acerca da fragilidade física e das limitações intelectuais das mulheres também sofreram contestação. Em meio a tantos questionamentos, o movimento pelos direitos das mulheres ganhou mais corpo. (Soihet, 2013. p. 224).

Para além, a participação das mulheres na política, Soihet (2013) ressalta a luta pelo sufrágio universal como um condutor para a ampliação desses debates:

As líderes feministas procuravam manter a questão do voto feminino na ordem do dia e, a partir de então, o debate tomou grande impulso, tanto que juristas conhecidos chegaram a se pronunciar favoravelmente à constitucionalidade do voto feminino. Jornais da época já comentavam com frequência o assunto. Além disso, a pressão das feministas no Congresso Nacional começou a dar frutos com a conquista de novos apoios nos meios políticos. (Soihet, 2013. p. 225)

Soihet (2013), traz luz ao nosso debate inicial, por mostrar que as mulheres sempre se fizeram presentes na articulação e luta pela participação política e social, reforçando assim, a mobilização das mulheres em diferentes espaços ao relatar por exemplo, a intensa luta pelo sufrágio universal e posteriormente como

extensão, a reivindicação por direitos e a busca de igualdade apesar da negação e resistência a ocupação das mulheres, como relatam:

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, à ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado a sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas as demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que, inclusive, ridicularizavam as militantes. (Soihet, 2013. p. 219)

Apesar de após 1934 (como resultado de uma longa jornada de luta das mulheres), o sufrágio universal feminino ser garantido, com inclusão ao artigo 108 na Constituição brasileira, isso não significou a garantia justa de oportunidades às mulheres em relação aos homens ao longo do tempo.

Enfim, a conquista dos novos direitos de participação na política não implicava uma reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas para mulheres e homens; as mulheres ainda cabia a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância. (Soihet, 2013. p. 232)

Segundo Soihet (2013), ainda no século XX, as mulheres continuam intensamente com a luta por participação do espaço público, buscando ter representação, e isso, é o nexo da República e da política brasileira.

Retomando um olhar sobre o passado, Prado e Franco (2012), a despeito da luta histórica das mulheres, destacam que ao longo do século XIX as mulheres, enquanto filhas de seu tempo, já se posicionaram em relação à participação da vida pública e política brasileira e travavam lutas intensas.

Aos que sugerem que tais mulheres tinham “ideias avançadas”, estavam a frente de seu tempo” e “fugiam às convenções sociais”, podemos dizer que elas pensavam e agiam como indivíduos pertencentes à sua época e, assim, entre outras atividades, também se envolviam com política (mais intensamente do que se tem assinalado e não apenas a partir do final do século, quando as lutas sufragistas ganharam destaque). (Prado e Franco, 2012. p. 194)

Dessa maneira, as autoras abordam a participação das mulheres no cenário político brasileiro, destacando os desafios, avanços e a importância da representação feminina na política.

Mostramos, assim, a existência de mulheres envolvidas com questões políticas no século XIX. Se é verdade que as “galerias de celebridades” aqui analisadas tendem a retratar as mulheres afinadas com os projetos nacionais estabelecidos – colaborando, de maneira “abnegada”, com a pátria e cumprindo, de forma exemplar, um dever cívico –, também é fato que uma outra dimensão de suas vidas ganhou destaque.

Conhecemos nomes e trajetórias de mulheres que efetivamente participaram das lutas no espaço público, sofrendo, muitas vezes, consequências dramáticas em suas vidas. Ao contrário do que estamos acostumados a pensar, as mulheres não se limitaram, 20 longo do século xix, a lutar em prol da inclusão cultural, educacional e intelectual. Enfatizamos que estiveram envolvidas com as questões políticas mesmo antes da campanha sufragista. (Prado e Franco, 2012. p. 203)

Dessa forma, são discutidos aspectos históricos, sociais e legislativos que influenciam a participação das mulheres, e que nos fazem refletir a respeito da política brasileira em relação às mulheres também nos dias atuais, com cautela, pois:

Lembremos que política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas) em que até mesmo os sentimentos têm peso importante. Com isso, fica mais fácil compreender determinadas atitudes, comportamentos e decisões tomadas por mulheres brasileiras no século xx e observar com outros olhos sua produção cultural: agregando-lhes uma dimensão política até agora ainda não suficientemente notada. (Prado e Franco, 2012. p. 194-195)

Fato é que, Prado e Franco (2012), nos ajudam com sua análise abrangente e detalhada a pensar a participação das mulheres na política brasileira, destacando a importância de medidas contínuas para promover a igualdade de gênero.

[...] afirmamos que muitas mulheres, no final do século XIX, assumiram a defesa de seus direitos políticos, concretizados na luta pelo sufrágio feminino. Entretanto, enfatizamos que a participação política não pode ser vista como algo restrito à conquista desses direitos. Indicamos, com base nas fontes documentais, que mulheres participaram, durante todo o século, dos principais debates e ações que envolveram a vida pública nacional. (Prado e Franco. 2012. p. 214)

Ademais, a compreensão de que a luta e a participação das mulheres na esfera pública se fez presente ao longo do século XIX (Prado e Franco, 2012) e século XX (Soihet, 2013), nos ajuda a pontuar inicialmente que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma representação equitativa.

Nesse sentido, Henry Rousso (2016, p. 219), ao pensar o tempo presente, expressa que “as grandes catástrofes do século XX produziram figuras historiográficas novas, que participaram do enraizamento de uma história do tempo presente no campo científico e no espaço público.”

Assim, o autor tece a importância da história do tempo presente e como ela se consolidou a partir das grandes catástrofes do século XX. Henry Rousso (2016) enfatiza a necessidade de uma abordagem profunda e contextualizada para

compreender os eventos contemporâneos, destacando a relevância dos testemunhos e documentos pós-guerra na formação da narrativa histórica. Essa perspectiva crítica é essencial para entender o impacto duradouro desses eventos na sociedade atual, e como eles estão correlacionados ao nosso debate, pois pensar Violência doméstica, implica em pensar a posição do Estado sobre a mesma e com isso os impactos de sua ausência no presente para o futuro.

"Fazer a história do tempo presente é, ao contrário, postular que o presente possui uma espessura, uma profundidade, que ele não se reduz a uma soma de instantaneidades que se compreenderá repentinamente. Como toda boa história, trata-se de restituir uma genealogia, de inserir o acontecimento em uma duração, de propor uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante, ou, para usar um vocabulário lacaniano, que tenta instituir um pouco de simbólico onde o imaginário invadiu tudo: é uma das tarefas essenciais da história, e uma das missões mais importantes da história do tempo presente." (Rousso, 2016. p. 237)

Nessa perspectiva, compreendemos a partir do debate de Rousso (2016) que a história do tempo presente deve ir além das meras instantaneidades. É essencial que os historiadores consigam inserir os eventos contemporâneos em um contexto histórico mais amplo, criando uma narrativa coerente que evite a superficialidade e a emoção imediata. Isso envolve uma análise profunda que busca compreender as raízes e as ramificações dos acontecimentos atuais.

De tal maneira, Rousso (2016) ao enfatizar a necessidade de compreender eventos contemporâneos em um contexto histórico mais amplo, nos leva a refletir sobre as práticas da ex primeira-dama Michelle Bolsonaro, considerando importante situar suas ações dentro da história mais ampla da luta contra a violência de gênero no Brasil. Isso inclui considerar a trajetória das políticas públicas brasileiras sobre violência doméstica, desde a implementação da Lei Maria da Penha até as campanhas recentes e iniciativas governamentais.

Sobretudo, justificamos que, embora tenhamos a consciência de que é importante ampliar o debate, infelizmente dar conta de sua amplitude nesse artigo, por hora, não será possível. Primeiro pela sua brevidade e, em segundo, por acreditar que o debate aqui proposto será o marco inaugural para a problematização no debate em relação às políticas de violência contra mulher no Brasil, posteriormente evidenciado, ao qual, no caso das ações de Michelle Bolsonaro, será crucial examinar a continuidade e a evolução das políticas de combate à violência de gênero ao longo do governo de seu marido, Jair Bolsonaro. Isso envolve analisar se suas iniciativas representam uma ruptura ou uma continuidade com as políticas anteriores e quais foram os resultados práticos dessas ações.

De modo geral, pudemos perceber até aqui, que historicamente a participação efetiva das mulheres na política ou para além, dos espaços de poder no Brasil, sempre foi marcada pela árdua trajetória de exclusão, luta por direitos e que quando estes conquistados, sofrem com a própria violação de direitos, caso esse perceptível durante o governo Bolsonaro (2019-2022) que retirou parte das verbas

destinadas ao combate da violência contra mulher (fato este que iremos aprofundar posteriormente). Sobre a história do tempo presente, a reflexão proposta, nos permitiu uma análise mais profunda e contextualizada das práticas de Michelle Bolsonaro para minimizar a violência de gênero. Essa abordagem crítica é essencial para compreender plenamente o impacto e a significância das iniciativas da ex primeira-dama no combate à violência de gênero no Brasil.

Aos moldes do primeiro-damismo: Michelle Bolsonaro e a política de neutralização no combate à Violência de Gênero no Brasil.

A discussão sobre violência de gênero nunca esteve tão atual quanto em nossos dias, especialmente diante das dinâmicas políticas que permeiam essa questão sensível após o golpe de 2016³. Em um contexto em que as políticas públicas deveriam atuar como proteção e suporte às vítimas, observou-se uma preocupante tendência de minimização dessas violências. No Brasil, sob o governo Bolsonaro (2019-2022), essa dinâmica é exemplificada de forma singular pela atuação de Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama do país, por meio dos usos e atribuições do primeiro-damismo.

Primeiramente, é importante pontuar que “primeiro-damismo” é um termo ainda não cunhado pela historiografia enquanto conceito, porém, muitas vezes utilizado de forma desatenta e até desapropriada. Diversos estudos que fazem uso da referida expressão utilizam-na sem uma adequada discussão e tentativa historiográfica de conceituação. No campo da História, ainda nos deparamos com uma lacuna em se tratando de estudos que discutam a constituição do papel social e a atuação das primeiras-damas como figuras históricas e socialmente construídas. Em sua maioria, esses estudos estão concentrados na área do curso de Serviço Social e de seus programas de pós-graduação. (Rodrigues, 2021. p. 22)

A partir de tal análise, “primeiro-damismo” foi definido como um fenômeno político, caracterizado por um conjunto de práticas exercido pelas esposas de governantes em exercício, no Poder Executivo, podendo ser apontado como estratégia, quando as primeiras-damas buscaram legitimar a ideologia ou o projeto político do esposo, mas também como tática, ao burlarem a organização racional e funcional da governabilidade proposta pelo Estado. (Rodrigues, 2021. p. 11)

Dessa forma, com uma análise histórica detalhada sobre o tema, Rodrigues (2021) foi a pioneira em conceituar historiograficamente o primeiro-damismo. Ela argumenta que o termo não se refere apenas a um conceito, mas a uma prática que pode ser observada em ações aparentemente simples. Essas práticas incluem desde o poder de influência que muitas primeiras-damas exerceram sobre seus maridos, atuando nos bastidores como peças fundamentais no jogo político, até a construção

³ O sentimento de oposição à ascensão feminina na esfera política, para além dos interesses socioeconômicos elitistas envolvidos no golpe, foi um motivo relevante para que Dilma Rousseff fosse destituída sob argumentos infundados, arbitrários e, acima de tudo, antidemocráticos. (Alves Magalhães; Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, 2023. p. 259)

de capitais políticos próprios, evidenciados nas ações protagonizadas por diversas delas.

Desde a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência, o cenário político brasileiro tem sido marcado por uma série de políticas e discursos que, direta ou indiretamente, afetaram a segurança e os direitos das mulheres, contribuindo para a perpetuação da violência de gênero. Como observa Scott (1995), a violência de gênero não se limita ao ato físico, mas inclui uma série de atos e comportamentos que perpetuam a subordinação das mulheres. Essa subordinação se reflete não apenas em ações diretas, mas também em estratégias discursivas que tentam minimizar ou desviar a atenção dos problemas estruturais.

Nesse sentido, Michelle Bolsonaro emergiu como uma figura proeminente na tentativa de suavizar a imagem do governo em relação às questões de gênero. Utilizando uma Análise de Discurso à luz das ideias de Foucault (1997), é possível observar como sua intervenção nos discursos públicos visa controlar e moldar a percepção da opinião pública sobre a violência de gênero.

Segundo Foucault (1997), o poder não está localizado em um lugar específico ou pessoa, mas é disseminado e internalizado através das práticas sociais, atuando como uma prática histórica e coletiva.

A leitura de Foucault amplia a abrangência da Análise do Discurso, uma vez que em seus escritos, o discurso é uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade da subjetividade. Na obra desse pensador, em seus diferentes momentos, o discurso está em uma relação direta com o sujeito, como o que o constitui, ou o produz, e em relação direta com a história, visto que a história determina/possibilita a existência do discurso. (Fernandes, 2012. p. 18)

Nesse sentido, Michelle Bolsonaro assume um papel crucial ao tentar neutralizar o debate público sobre a violência de gênero, desviando o foco das políticas falhas do governo e promovendo um discurso que busca neutralizar a gravidade do problema.

Nessa acepção, as relações de poder se constroem e as formas de poder confrontam-se e alteram-se, mudando, conseqüentemente, o lugar de onde vozes emitem enunciações, de onde os discursos são produzidos. As relações de poder são preenchidas politicamente por ideologia e, em conformidade com as mudanças que sofrem, diferentes vozes ideológicas enunciam construindo diferentes rumos na História. As alterações políticas e ideológicas nos discursos decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social. Na verdade, novas direções políticas e ideológicas, que resultam no surgimento de um novo cenário sociocultural, são aspectos inerentes à formação de novos discursos. (Fernandes, 2012. p. 28)

Assim, ao nos debruçarmos em nossa fonte e a partir dos debates propostos até aqui, quase ao fim do governo, por meio da matéria do colunista Thiago Resende, em 17 de setembro de 2022, a Folha de S. Paulo trouxe à tona dados alarmantes sobre os cortes de gastos destinados ao combate à violência contra a

mulher ao longo da gestão Bolsonaro, na matéria intitulada “Bolsonaro cortou 90% da verba de combate à violência contra a mulher” (Folha de S. Paulo, 2022. p.1) seguindo com o subtítulo, “Canal de denúncia Ligue 180 também sofre corte para 2023; campanha do presidente tenta reduzir rejeição entre eleitorado feminino.” (Folha de S. Paulo, 2022. p. 1), ao qual segue:

O presidente Jair Bolsonaro (PL) cortou em 90% a verba disponível para ações de enfrentamento à violência contra a mulher durante sua gestão. O dinheiro destinado ao Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos para proteção das mulheres caiu de R\$ 100,7 milhões, em 2020 –primeiro Orçamento inteiramente elaborado por Bolsonaro–, para R\$ 30,6 milhões no ano passado. Neste ano, sobraram apenas R\$ 9,1 milhões, de acordo com dados da pasta. Para 2023, o governo enviou ao Congresso uma proposta de Orçamento que prevê uma leve recuperação dos recursos, atingindo R\$ 17,2 milhões. Na comparação com 2020, no entanto, ainda há uma queda acentuada (83%). (Folha de S. Paulo, 2022. p. 1)

Apesar do tom inicial da matéria apresentar o fato dos cortes em relação ao combate da violência contra a mulher, na sequência, há uma justificativa de que para o próximo ano o governo teria enviado uma proposta objetivando recuperar o corte de recursos. O contraponto à vinculação da matéria, é o de que segundo a nota técnica sobre as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que analisou a trajetória ao longo de 2019 a 2023 emitida pelo INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos):

No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023 o Governo Federal enviou o pior orçamento para as mulheres já visto. No âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos nenhum recurso foi destinado à Ação 218B (Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres). Para a Casa da Mulher Brasileira (CMB) estão previstos R\$ 13 milhões (Ação 00SN). Isso significava que só saberíamos se algum recurso seria alocado para a área, além da CMB, quando a gestão de 2023 fosse iniciada, pois é possível, por meio de Planos Orçamentários (instrumento de gestão e classificação orçamentária não previsto na LOA), alocar recursos em ações genéricas, como 21AR (Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos, que continha previsão de R\$ 37,9 milhões) e 21AS (Fortalecimento da Família, com previsão de R\$ 4,7 milhões). Também não era possível identificar os recursos que serão destinados ao Ligue 180, por ser um plano orçamentário. A Ação 21AU (Operacionalização e Aperfeiçoamento do Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos tinha previsão de R\$ 33 milhões). (Inesc, 2023, p. 13)

Dito isso, a matéria da Folha de S. Paulo, segue, articulando o debate sobre a importância desse tipo de programa e para além, ressalta os ditos “esforços” do governo Bolsonaro para reduzir a rejeição que sofria do público feminino, tanto por sua postura, falas, quanto ausência de políticas pública, tendo em vista que a essa altura, sua campanha para reeleição já ganhava corpo.

Num esforço de tentar reduzir a rejeição do presidente no eleitorado feminino, a campanha de Bolsonaro tem dado destaque a ações do presidente nesta área —como a sanção de leis de interesse do público feminino. Em materiais de campanha, Bolsonaro também tem prometido que vai ampliar os recursos para enfrentar a violência contra mulheres, caso ele seja reeleito. A proposta orçamentária reflete essa promessa, embora os valores ainda sejam distantes da verba destinada a essas ações no início do governo. (Folha de S. Paulo, 2023. p. 1)

Percorrer essas questões são essenciais para pensar a reprodução da figura da ex primeira-dama Michelle Bolsonaro nesse sentido, uma vez que o governo de seu marido, foi apontado pelo partido Psol como “o primeiro presidente a “não propor um programa específico que explicita o combate à violência contra a mulher” -os recursos para essa finalidade foram unificados ao programa de promoção e defesa de direitos humanos para todos.” (Folha de S. Paulo. 2022, p. 1). Assim, ao falar sobre Michelle Bolsonaro, a reprodução proposta pela matéria, é a de que:

A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, tem ganhado cada vez mais protagonismo na campanha para tentar melhorar a imagem do presidente no público feminino. A ideia é tentar minimizar a imagem machista do presidente dando voz a Michelle, que desde a convenção para oficializar a candidatura à reeleição faz discursos com apelo religioso e troca demonstrações de carinho com o marido. (Folha de S. Paulo. 2022. P. 1)

Nesse contexto, Michelle Bolsonaro utiliza sua posição para promover uma imagem de defensora dos direitos das mulheres, enquanto as políticas reais do governo contradizem essa representação superficial. Assim, a atuação de Michelle Bolsonaro pode ser entendida como um exemplo de como as esposas de líderes políticos podem ser instrumentalizadas para suavizar a imagem de governos controversos.

Sob as lentes de Scott (1989), podemos perceber que a figura das mulheres na política muitas vezes é manipulada para promover uma imagem de igualdade, enquanto as estruturas de poder permanecem intactas com suas figurações minimizadas, isso é evidenciado pelo discurso que Michelle Bolsonaro utiliza ao assumir uma posição de destaque durante a campanha, a exemplo:

Se para alguns parece estranho que Jair tenha feito tanta coisa pela proteção das mulheres é porque não conhecem o presidente”, disse Michelle em vídeo produzido na corrida eleitoral. (Folha de S. Paulo. 2022. p. 1)

Nesse sentido, Michelle Bolsonaro, vestida aos moldes do primeiro-damismo, utiliza sua figura, bem como, articulação, discurso e poder, para desviar a atenção das falhas políticas mais amplas que afetam diretamente as mulheres brasileiras, pois:

Ao reconsiderar o fato de que o enunciado implica uma posição-sujeito, e que a noção de sujeito - apresentada também por Pêcheux (1977a) como uma posição-sujeito - tem lugar fundamental na Análise do

Discurso, ressalto que, ainda em uma perspectiva foucaultiana, os trabalhos nessa área de estudos avançam a partir de reflexões acerca da interrelação constitutiva entre sujeito, discurso e poder, uma vez que a análise discursiva de um enunciado possibilita delinear uma posição-sujeito e essa posição é marcada por um dado exercício de poder. (Fernandes, 2012. p. 37)

Isso nos faz entender que a argumentação foucaultiana de discurso e poder paira no sentido de que o poder não é apenas coercitivo, mas também opera através de discursos e práticas que moldam o que é aceitável ou não na sociedade. No caso de Michelle Bolsonaro, seu papel como primeira-dama e mulher a coloca em uma posição influente, onde seus discursos e ações podem ser interpretados como uma forma de exercício de poder.

Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. Se tratamos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas. (Scott, 1995. p. 93)

Scott (1995) discute como o poder age por meio da representação e da construção de discursos que legitimam certas formas de dominação e hierarquias. Michelle Bolsonaro, ao endossar ou minimizar discursos machistas de Bolsonaro, está envolvida na construção de uma narrativa pública que pode legitimar ou suavizar essas visões controversas sobre gênero e papel das mulheres na sociedade.

Dessa forma a matéria brevemente aqui analisada, finaliza:

A locutora do vídeo também tenta suavizar a imagem do presidente ao dizer que "não é com discurso que o Jair demonstra respeito com as mulheres, é com realizações". (Folha de S. Paulo. 2022. p.1)

Realizações que na prática não foram realizadas, como evidenciamos nas páginas anteriores seguindo os estudos do Inesc (2023). Desse modo, essa estratégia utilizada durante a campanha de reeleição do ex -presidente, não apenas serve para diluir a responsabilidade do governo em relação à violência de gênero, mas também reforça uma imagem pública que contradiz as políticas concretas implementadas. Ao apresentar-se como uma defensora dos direitos das mulheres de forma superficial, Michelle Bolsonaro não apenas mascara a realidade da violência de gênero no país, mas também contribui para uma narrativa que despolitiza e descontextualiza o problema.

Dito isso, outra matéria a qual nos propomos brevemente analisar é *"Bolsonaro faz piada machista e diz que notícia boa para mulher é beijinho e presente"*, seguida pelo subtítulo, *"Presidente fez comentário em sua transmissão semanal antes de falar sobre queda na taxa de feminicídio."* Conforme a reprodução apresentada pela Folha de S. Paulo, redigida pela jornalista Marianna

Holanda, o ex-presidente, teria feito o comentário durante uma live antes de relatar que a taxa de feminicídio teria caído:

"O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta quinta-feira (1º), em tom de brincadeira, que notícia boa para mulher é "beijinho, rosa, presente, férias". [...] É uma narrativa [sobre rejeição das mulheres], como se eu não gostasse de mulheres. Eu trato as mulheres com carinho e consideração. Por parte do governo, são mais de 60 projetos sancionados por nós, decretos, tudo visando a mulheres." (Folha de S. Paulo, 2022. p. 1)

A tentativa de minimização de suas ações, é até mesmo expressada pela própria reportagem, que relata que "o presidente vem buscando fazer gestos, e Michelle Bolsonaro tem intensificado participação em eventos ao lado do marido e em programa eleitoral." (Folha de S. Paulo, 2022. P. 1)

Outra matéria que utilizaremos para complementar nosso debate e que mostra Michelle tomando visibilidade na prática do primeiro-damismo:

Figura 3 - Imagem da matéria "Michelle assume protagonismo do casal Bolsonaro em marcha com evangélicos"



Fonte: Folha de S. Paulo, 2022.

Na fotografia publicada também pela revista Folha de S. Paulo (2022) é possível vermos Michelle Bolsonaro como figura em destaque, expressando sua posição no espaço de participação política cedida pelo marido Bolsonaro. Ela que para essa eleição mudou o penteado e as roupas, chama atenção pela camiseta que estampa a bandeira do Brasil.

Em busca dos votos femininos, o presidente tem dado maior protagonismo à companheira na campanha de reeleição dele. Nas últimas semanas, a primeira-dama discursou na convenção de lançamento da candidatura e também tem acompanhado Bolsonaro em atos religiosos. (Folha de S. Paulo, 2022. p.1)

Assim, esta fotografia, por sua dimensão histórica e representativa, é um reflexo selecionado do real, onde nessa seleção, a *Revista Folha de S. Paulo*, buscou reproduzir Michelle Bolsonaro no jogo das encenações, as quais buscavam naquele momento, dar visibilidade para ela e reafirmar visões e opiniões de que o presidente “defendia” os interesses das mulheres pelo espaço que a ex-primeira-dama estava ocupando. Dessa forma:

A força inegável desse tipo de imagem, sua possibilidade de atingir o imaginário social com um impacto que, freqüentemente, não se encontra nas rápidas tomadas televisivas, têm servido de alimento para muitos artistas contemporâneos interessados em colocar a problemática do corpo no centro de uma reflexão, ora sistemática, ora esporádica. A metáfora do “corpo como campo de batalha”⁴, emprestada de um dos trabalhos mais conhecidos de Barbara Kruger (Seu corpo é um campo de batalha, 1989), parece ser um instrumento eficaz para a análise da complexa situação do indivíduo na sociedade contemporânea. O corpo - como escreve Juan Antonio Ramírez, ao analisar o trabalho da artista norte-americana - é “um âmbito conflituoso difícil de delimitar, um lugar de convergência ou disputa de complexas pulsões morais, biológicas e políticas. A batalha social, a luta de gêneros e de classes desenvolve-se em seu corpo, mesmo que, nem sempre, você se dê conta disso” (Ramírez, 2003, p. 14). (Fabris, 2009. p. 417-418)

O sujeito passa a ser considerado como uma função, ou como uma posição a ser ocupada nos discursos. (Fernandes, 2012. p. 59) Ao qual, a ex primeira-dama é uma posição-sujeito, que nesse sentido, figura com a função de angariar votos a partir da minimização dos sérios problemas relacionados às mulheres e principalmente a ausência de políticas que visem combater a violência de gênero no Brasil, fato ao qual, podemos questionar como a atuação de Michelle Bolsonaro como primeira-dama contribuiu nesse sentido para perpetuar essas estruturas de poder e opressão em relação a violência de gênero. Pois, “homens isolados sem outros que os apoiem nunca têm poder suficiente para fazer uso da violência de maneira bem-sucedida.” (Arendt, 2019. p. 31)

Considerações finais

Em suma, a análise da atuação de Michelle Bolsonaro à luz das teorias de Scott (1995) e Foucault (2021) revela não apenas uma tentativa de minimizar a violência de gênero sofrida na trajetória do governo Bolsonaro a partir tanto dos discursos, enunciados, bem como de suas práticas, mas também uma estratégia política de neutralização do debate público, que visando desfocar tal debate contribuiu para um jogo de interesses próprio - a campanha de reeleição - a qual intuía angariar apoio do eleitorado feminino.

Nesse sentido, enquanto os números mostram um retrocesso nas políticas de proteção às mulheres, a figura pública de Michelle Bolsonaro continua a ser utilizada para desviar a atenção das falhas governamentais. Nas palavras de Foucault:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 2021. p. 52)

Portanto, é crucial que continuemos a analisar criticamente essas dinâmicas e a construção desses enunciados, não buscando uma verdade obsoleta mas para compreender melhor como as estruturas de poder operam na perpetuação da violência de gênero e na sua representação pública. De modo que, esta reflexão não seja apenas essencial para a compreensão do contexto político brasileiro atual, mas também para fortalecer a resistência e a luta por políticas públicas eficazes e responsáveis que verdadeiramente protejam e empoderem todas as mulheres.

Referências bibliográfica

- ALVES MAGALHÃES, Sara; MARTONIO MONT'ALVERNE BARRETO LIMA, Martonio. 2023. *Impeachment, Misoginia e democracia: O sucesso da intolerância*. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, V. 28, N. III, p.252-267.
- ARENDT, Hannah. 2019. *Da violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FABRIS, Annateresa. 2009. *O corpo como território político*, vol. 1, nº 6, Ano VI.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. 2012. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeias.
- FOUCAULT, Michel. 2021. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- FOUCAULT, Michel. 2003. Diálogo sobre o poder. In: Motta: Manoel Barros da (org.) *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. 1997. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,
- GUARNIERI, Dayane Cristina. 2021. *A utilização do periódico como fonte histórica*. Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história. Ponta Grossa: Atena, v. 3, p. 127-134.
- INESC. 2023. Análise do Orçamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (de 2019 a 2023). Acesso em 18/06/2022. https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/03/nt-orcamento-de-politicas-para-mulheres-v2_0703.pdf?x69356
- PRADO, Maria Ligia C.; VILARDAGA, Stella Maris Scatena Franco. 2012. *Participação feminina no debate público brasileiro*. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky;

- PEDRO, Joana Maria. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, v. 1, p. 194-217.
- RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. 2021. *“Primeiro Damismo” no Brasil: Uma história das mulheres na cultura política nacional (1889-2010)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia.
- ROUSSO, Henry. 2016. *1954 - A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20, n. 2, p. 71-99.
- SOIHET, Rachel. 2013. *A Conquista do espaço público*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ªed.São Paulo: Contexto, v. 1, p. 218-237.



Recebido em 26 de Junho de 2025

Aceito para publicação em 28 de Setembro de 2025